



Arquivo

Ministro reagiu irritado a perguntas sobre a nota

'Para mim, não muda nada', o comentário de Galvão

Da sucursal de
BRASÍLIA

"Para mim, não muda nada", reagiu secamente o ministro da Fazenda, Ernane Galvão, ao ser indagado, ontem, sobre se a divulgação de uma nota conjunta dos presidentes do Brasil, México, Argentina e Colômbia contra as pressões dos altos juros internacionais poderia modificar os rumos da renegociação da dívida externa. Visivelmente irritado, Galvão bateu a porta do seu carro, interrompendo bruscamente qualquer conversa com os dez repórteres que o esperavam à porta do Ministério, e seguiu para uma audiência com o presidente em exercício, Aureliano Chaves, no Palácio do Planalto.

Na interpretação do chefe da Assessoria Internacional do Ministério da Fazenda, Tarcísio Marciano da Rocha, a nota conjunta significa elevar a nível mais alto, de presidente da república, uma ação que já vem sendo exercida pelos ministros da Economia dos países endividados no sentido de tentar reduzir as elevadas taxas de juros internacionais. Marciano observou que, por isso, a nota significa uma pressão adicional sobre os bancos credores, e "quanto mais pressão, mais suave nossa tarefa de negociar".

Tarcísio Marciano da Rocha disse, também, que o ministro Ernane Galvão há muito vem martelando contra a elevação das taxas de juros, tendo já reiterado que a raiz do problema se encontra no elevado déficit fiscal norte-americano.

ENDURECIMENTO

Para um técnico do governo que acompanha os encontros promovidos pelos países latino-americanos para discutir os rumos do endividamento da região, a nota divulgada sábado significa que começa a se consolidar a idéia da necessidade de uma moratória conjunta. Esse técnico prevê que outros países, como o

Peru, Equador e a própria Venezuela vão aderir ao movimento. O Peru inclusive já endureceu as negociações com o FMI e talvez por causa disso não tenha aderido logo. Ele considera que essa é a evolução dos acontecimentos e que "essa melodia vai enfim chegar a uma moratória generalizada e unilateral".

A fonte diplomática observou ainda que o Itamaraty está dando os passos mais avançados na questão da dívida externa, por instrução do próprio presidente da República, general João Figueiredo. Observa que a taxa de juros ideal para o Brasil seria de 8% e que os países latino-americanos já advertiram aos credores que juros elevados, em 12,5%, não poderão ser pagos. Para esta fonte, o clima interno dos países da região já permite que o movimento dos credores se amplie.

"Em São Domingos, houve saques generalizados, e no Brasil, semana passada, a greve dos camponeses na região dos laranjais e da cana em São Paulo." Isso indica, na sua avaliação, que nenhum país latino-americano poderá manter a estrutura de política econômica que o Fundo está impondo. No caso específico do Brasil, indaga, quantos anos seguidos o País terá que produzir US\$ 9 bilhões de saldo comercial com essa estrutura de produção?

Observa ainda a fonte que a grande discussão, agora, é mesmo com relação a redução de juros ao nível de correção inflacionária dos Estados Unidos, mais uma taxa fixa a ser negociada. Nenhuma outra proposta, na sua avaliação, tem qualquer suporte. Afirma que o próprio presidente Ronald Reagan já deu indicações de que, em termos da proposta, essa é aceitável. O técnico governamental disse que a nota conjunta de Figueiredo, Alfonsín, De la Madrid e Belizário não surpreende em nada, pois vem na linha coerente da declaração de Quito.